

EDITORIAL

Dossiê Educação das relações étnico-raciais: Diálogos entre saberes, práticas e políticas antirracistas

Beatriz Gomes
Lillian Ferreira Rodrigues
Matheus Silva Freitas
Monalisa Carmo

“Celebro um ensino que permita as transgressões - um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade”

(bell hooks, 2013, p. 24)

A educação das relações étnico-raciais tece diálogos entre saberes, práticas e políticas antirracistas, entrelaçando modos de produzir, existir e resistir cotidianamente dos povos negros e indígenas. Protagonistas de vários enfrentamentos e resistências, estes povos, principalmente através de movimentos sociais e comunidades, tomaram a educação como uma das principais arenas de atuação e disputa. Desde as demandas pelo acesso à escola, à universidade e por modalidades de educação escolar diferenciada até a dimensão pedagógica das práticas culturais, religiosas e das aprendizagens em comunidade, a educação é um campo de batalha para o antirracismo. São lutas que incorporam a necessidade de práticas e políticas capazes de ressignificar as representações e valorizar as epistemologias afro-brasileiras e indígenas. Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2011, p. 134), uma “perspectiva educacional aguçada” marca as ações dos movimentos negros e, acrescentamos, indígenas. A educação tornou-se, portanto, para estas experiências políticas um “espaço prioritário de ação e de reivindicação” (GOMES, 2011, p. 136).

Reconhecida legalmente a nível nacional com a aprovação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 — que instituem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena —, a *educação das relações étnico-raciais* é definida no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE 003/2004) que dispõe das “Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, com a relatoria de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p. 31)

Esta definição está conectada a um conjunto maior de políticas de promoção da igualdade racial, como as políticas de ações afirmativas que incidem no acesso ao ensino superior¹. Nesse sentido, entendemos a educação das relações étnico-raciais como um campo amplo, plural e polifônico que congrega uma variedade de saberes, práticas, políticas e pedagogias atravessadas por pilares como a “consciência política e histórica da diversidade”, o “fortalecimento de identidades e direitos” e as “ações educativas de combate ao racismo e às discriminações” (BRASIL, 2004, p. 18-19). Dessa forma, a educação das relações étnico-raciais como campo de pesquisa, de atuação profissional e política se estende para além dos ambientes e processos da educação escolar e universitária e abarca as comunidades, os movimentos sociais, os espaços urbanos e do campo, os territórios culturais e religiosos.

O objetivo do dossiê “Educação das relações étnico-raciais: diálogos entre saberes, práticas e políticas antirracistas”, da Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa (UFV), é compilar um conjunto de artigos que articulam as relações e tensões étnico-raciais no campo educacional em diferentes ambientes e sob enfoques e metodologias variadas. Os artigos desta edição da Revista de Ciências Humanas da UFV exibem a pluralidade de questões e abordagens dos saberes, práticas e políticas antirracistas que formam o campo da educação das relações étnico-raciais.

¹ Estamos nos referindo sobretudo à criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.228/2010), a aprovação de cotas para estudantes de escola pública, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e com deficiência nos cursos de ensino técnico de nível médio e de graduação federais (Lei 12.711/12 e 13.409/16), a aprovação de cotas para negros/as nos concursos públicos federais (Lei 12.990/2014) e a indução de políticas afirmativas para ingresso de negros/as, indígenas e pessoas com deficiências na pós-graduação (Portaria nº 13 de 11/05/2016). Ações institucionalizadas e/ou aprovadas no período democrático de 2003 a 2016, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Marilane de Souza Bhering, Valter Machado da Fonseca e Thiago Henrique Mota Silva, em “A BNCC e a Lei n. 10.639/2003: componentes curriculares e educação antirracista”, analisam as três versões da Base Nacional Comum Curricular durante seu processo de elaboração a fim de compreender como estas discutem a cultura africana e afro-brasileira, mediante a Lei n. 10.639/2003, destacando os caminhos percorridos, os alcances e as demandas da temática nestes documentos para a aprendizagem dos educandos.

A educação antirracista nos cotidianos escolares é temática central em “Cotidianos escolares e a necessidade de uma educação antirracista”. Com discussões acerca dos cotidianos e do currículo, o texto de Tainara Batista Barros, Rita de Cássia de Souza e Maria Simone Euclides apresenta o olhar construcionista social lançado sobre a colonização e descolonização do pensamento, entrelaçando em suas discussões a experiência com uma criança de uma escola na periferia e provocando reflexões sobre o antirracismo na educação.

No artigo “A Educação Infantil e a construção identitária das crianças negras: Práticas pedagógicas como forma de aplacar o racismo na Educação Infantil”, Daiane dos Santos e Patrícia Ferreira Santos Guanãbens, apontam estratégias de combate ao racismo no processo de formação identitária das crianças negras.

Gabriela Rodrigues Botelho, em “História e culturas indígenas nos itens de Língua Espanhola do Enem”, recorre à Lei n. 11.645/2008 e ao Parecer n. 14/2015 para analisar como a história e as culturas indígenas são contempladas nos itens de espanhol do Enem, e vai além, ao utilizar estudos decoloniais para discutir a educação sobre a história as culturas indígenas.

Em “Questões étnico-raciais em livros didáticos de História: Uma análise a partir da perspectiva das representações sociais” Marília Dalla Vecchia Kaczmarek procura analisar as representações sociais das questões étnico-raciais em livros didáticos de História do Ensino Fundamental. Conforme conclui a autora, embora as relações étnico-raciais tenham alcançado alguma proeminência na produção acadêmica, ainda persistem abordagens e propostas tradicionais relativas às relações raciais nos livros didáticos para a educação básica.

A formação inicial de professoras e professores de História para a educação básica é tema do artigo “Oficinas de ensino de História e educação antirracista no currículo universitário” de Marcos Antonio Batista da Silva. O texto procura discutir acerca das questões étnico-raciais no currículo da Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e registra avanços, limites e desafios para a educação das relações étnico-raciais nas Oficinas de Ensino de História.

Erica Renata de Vilela Moraes e Dilza Coco em “A cidade e o monumento Dona Domingas: Possibilidades de diálogos sobre a temática afro-brasileira na educação” discutem uma alternativa possível para o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação de jovens e adultos. Ao refletirem sobre os lugares e monumentos de memória em Vitória (ES), as autoras chamam atenção para os seus potenciais pedagógicos e educativos e a possibilidade de maior conexão entre sujeitos da escola e espaços da cidade.

O artigo “Práticas decoloniais e antirracistas na experiência educacional do Pré-Vestibular Comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) - Rio De Janeiro”, de Humberto Salustriano da Silva, busca discutir as práticas pedagógicas de um curso pré-vestibular comunitário localizado no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Para tanto, o autor observa como essas experiências constituem movimentos decoloniais e antirracistas e que objetivam a construção de uma educação crítica e reflexiva.

Laercio Costa e Wilma Coelho desenvolvem a reflexão sobre os estudos construídos acerca da educação quilombola no artigo “Estado do conhecimento sobre a educação quilombola no Brasil: O que dizem as produções acadêmicas no período de 2003 a 2020”. O autor e a autora buscaram identificar nos trabalhos encontrados sobre a temática o fluxo temporal e regional, mapeando os temas recorrentes e emergentes, ao mesmo tempo em que refletem criticamente sobre as temáticas que mais se destacaram nas produções encontradas.

No artigo “Casa Ganga Zumba e Rede SAPOQUI: experiências de educação quilombola na Zona da Mata Mineira”, sob a perspectiva do movimento negro educador, da pedagogia decolonial e da educação popular, as autoras Alessandra Bernardes Faria Campos, Jaqueline Cardoso Zeferino e Mariana da Silva Souza e o autor Julius Keniata

Nokomo Alves Silva dialogam sobre a educação quilombola com referência à Casa Ganga Zumba e à Rede SAPOQUI, que conferem a existência e resistência dos povos quilombolas da Zona da Mata Mineira, conforme evocam duas pesquisas de doutorado desenvolvidas com a parceria de comunidades e entidades quilombolas.

As contribuições de intelectuais negras para o campo educacional é o tema do texto “O pensamento de Lélia Gonzalez na Educação: Amefricanidade, Pretuguês e outras categorias”. Camila Santos Pereira, Anamaria Ladeira Pereira e Fernando Pocahy, que compõem a autoria do trabalho, articulam a trajetória da intelectual brasileira Lélia Gonzalez no sentido de apontar a sua importância para o espaço acadêmico e para os movimentos sociais, tendo como base o conceito de “amefricanidade” e sua atuação política no Movimento negro brasileiro.

No artigo “Por uma práxis feminista negra no ensino de Sociologia: Pontes para uma sociologia feminista negra”, Rafaela Rodrigues de Paula e Steffane Pereira Santos recorrem à bell hooks, Patricia Hill Collins e Nilma Lino Gomes para analisar como a teoria feminista negra pode contribuir para o ensino de sociologia na educação básica no Brasil. A partir disso, as autoras propõem uma sociologia feminista negra que passa pela formação docente e a adoção de práticas emancipatórias em sala de aula.

Douglas Gois e Ana Luisa Alves Cordeiro, em “Masculinidades e corporeidades de meninos negros na perspectiva de uma educação antirracista”, refletem sobre o papel da educação para a constituições das identidades de meninos negros na educação básica. O autor e a autora dialogam sobre as consequências de uma educação reguladora no processo formativo dessas crianças e a importância de uma prática educativa que respeite as corporeidades desses sujeitos, trazendo a aplicação da Lei n. 10.639/03 enquanto possibilidade de constituição de espaços educativos que acolham dignamente a essas crianças.

A ausência de estudos sobre assédios nas trajetórias de estudantes negras universitárias, revelam o racismo e o sexismo sofrido por mulheres negras, justificando a relevância do texto “‘É só uma brincadeira!’: estudantes negras e assédio nas universidades”. Nele, as autoras Lidiane Cesário Barreto, Maria Simone Euclides e Heloisa Raimunda Herneck, tratam sobre o assédio a estudantes negras nas universidades públicas, dando destaque ao caso de assédio de um professor da Universidade Estadual

de Santa Catarina (UDESC) a estudantes negras, apontando a necessidade de inserção deste debate nas universidades.

Em o “Acesso das pessoas negras surdas ao Ensino Superior Público no Brasil: uma abordagem exploratória”, Caroline Bessa Ferreira de Oliveira e Jaqson Alves Santos, investigam políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas ao Ensino Superior Público no Brasil. Recorrem à pesquisa bibliográfica no intuito de identificar estudos sobre a dupla identidade da pessoa negra surda e sua representatividade na sociedade perante o marcador de identificação inicial.

Por fim, a capa desta edição é composta por desenhos feitos por estudantes da educação básica das redes municipais de Viçosa e Ervália, Zona da Mata de Minas Gerais. Parte deles foram confeccionados para o I Concurso de Redação e Desenho Carolina Maria de Jesus “Memória Ancestrais: a África viva em nós”, uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Relações Étnico-Raciais e Infâncias da UFV em parceria com a Secretaria de Educação de Viçosa. A partir do Concurso chegamos às ilustrações dos/as estudantes Bernardo Souza Máximo e Bianca Lis Silva Alves do CEMEI Cônego Antônio Mendes, Lucas Gabriel Cardoso Ramos do CMEI Getúlio Dornelles Vargas e Yan Souza Brito do Centro Municipal de Educação Dr. Januário de Andrade Fontes. Outro desenho é da estudante Livia Teixeira Caneschi Santos realizado no projeto “Carolina Maria de Jesus” desenvolvido pela professora Lillian Ferreira Rodrigues no Pré-escolar Magdalena Fontes Lima Tia Tiola (Ervália, MG). Agradecemos às professoras e estudantes pela autorização para reprodução dos desenhos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Resolução CNE/CP 1/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, vol. 10, nº 18, p.133-154, 2011.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.